



# **LUGAR DE FALA: notas para uma releitura do conceito<sup>1</sup>**

## **SPEAKING PLACE: notes for a reinterpretation of the concept**

Vera Veiga França<sup>2</sup>

### **Resumo:**

“Lugar de fala” é um conceito muito presente em nossos dias, motivando ativismos e críticas. Sua origem no Brasil é imprecisa; surge em alguns textos acadêmicos a partir do ano 2000, como ferramenta para análise da Comunicação, e ganha um uso intenso no âmbito das lutas identitárias a partir de 2010. O livro de Djamila Ribeiro, *Lugar de fala*, consolidou seu uso para se referir tanto ao silenciamento de grupos e populações oprimidas como à luta pelo direito de fala desses grupos.

Neste texto, procuro distinguir os dois sentidos do termo. Inicialmente, o sentido identitário, ligado sobretudo à luta e militância das mulheres negras. Em seguida, e a partir de José L. Braga, busco explorar o sentido mais propriamente discursivo do conceito, fazendo a distinção entre lugar social e lugar de fala. A perspectiva trazida pela Linguística, em torno do “sujeito do discurso”, estabelece a relação entre lugar de fala e formação discursiva e indica grande potencial analítico.

**Palavras-Chave:** Lugar de fala. Sujeito do discurso. Políticas de identidade.

### **Abstract:**

“Speaking place” is a concept that is very present in our days, motivating activism and criticism. Its origin in Brazil is unclear; it appears in some academic texts starting in the year 2000 as a tool for analyzing Communication and gains intense use within identity struggles starting in 2010. Djamila Ribeiro’s book *Where we Stand* consolidated its use to refer both to the silencing of oppressed groups and populations, and to the struggle for the right of these groups to speak.

In this text, I seek to distinguish the two meanings of the term. Initially, the identity meaning, primarily linked to the struggle and activism of Black women. Then, drawing from José L. Braga, I aim to explore the more specifically discursive meaning of the concept, distinguishing between social place and place of speech. The perspective brought by Linguistics, regarding the “subject of discourse”, establishes the relationship between place of speech and discursive formation, indicating great analytical potential.

**Keywords:** Speaking place. Subject of discourse. Identity politics.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

<sup>2</sup> Professora titular (aposentada) da UFMG, professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. E-mail: veravfranca@yahoo.com.br.

## Introdução

Existe um fenômeno curioso na circulação de alguns conceitos que, em determinado momento, entram na moda, digamos assim, e migram da academia para um uso mais generalizado. Geralmente são esvaziados de seu significado original e se tornam moeda corrente, autoexplicativos. Há pouco tempo observamos isso com a palavra “paradigma”; mais recentemente com a palavra “narrativa”. E temos exemplos mais antigos, como “imaginário”, “pós-modernidade”.

“Lugar de fala” é um caso desses. Ele começa a aparecer aqui no Brasil na segunda década do século XXI, para se intensificar nos últimos anos, tanto na literatura quanto nos embates em torno das políticas de identidade travados entre ativistas negro/as e críticos do que nomeiam “identitarismo”. Tenho a intuição de que a publicação do livro *Lugar de fala*, de Djamila Ribeiro, em 2019, ativou sua circulação mais ampla. Hoje, ele já se tornou uma palavra-chave, com forte uso político, seja para reivindicar o direito de autorrepresentação seja como símbolo de radicalismo. Exatamente por isto – seu uso generalizado –, ele suscita indagações: de onde ele vem? Qual sua origem e seu significado original? E qual foi o significado, agora já praticamente sacramentado, que aparece no contexto das lutas contra a opressão e foi traduzido / sintetizado pelo livro de Djamila<sup>3</sup>?

O conceito é interessante e abre ricas possibilidades analíticas. No entanto, experimentei certo estranhamento ao observar seu percurso atual; embora tenha adquirido uma função instrumental importante e de fácil uso no terreno das lutas contra a opressão de gênero, raça e sexualidade, percebi um embaralhamento semântico na maneira como vem sendo utilizado. Lugar de fala tem enraizamento no terreno da linguística, da análise do discurso, e essa perspectiva se perde quando usado, atualmente, para nomear o pertencimento social. Essa duplicidade de sentido leva ao esvaziamento de um em detrimento do outro – que, se bem utilizado, revela grande potencial teórico-metodológico.

Não adianta “brigar” com o senso comum; quando um sentido se impõe, não adianta querer remar contra a corrente. Assim, minha reflexão consiste mais em uma leitura e um registro do percurso do conceito, com o objetivo de resgatar seu outro significado e indicar seu potencial analítico – inclusive no âmbito das políticas de promoção da igualdade racial, de gênero e contra a LGBTfobia.

<sup>3</sup> O livro de Djamila foi aqui escolhido como obra síntese da literatura que trata do conceito de lugar de fala, tanto por sua grande repercussão como por entender que ela resgata e sintetiza a discussão trazida por outras autoras.

No primeiro tópico, irei mapear o sentido do conceito reivindicado por ativistas, tomando como referência o livro de Djamila e a bibliografia que ela utiliza. Faço em seguida um resgate de artigo publicado por J.L. Braga em 2000 que seria, no meu entendimento, o ponto de ingresso (senão a criação) do conceito no Brasil, com base na tradição linguística. Como terceiro ponto, busco explorar a dimensão discursiva do conceito, lançada por Braga, a partir do conceito de sujeito do discurso, de Pêcheux, conforme lido e apresentado por Evandra Grigoletto.

## 1. Lugar de fala no contexto das lutas identitárias

O livro de Djamila - e o conceito de lugar de fala - surge na esteira do feminismo negro, desenvolvido sobretudo (mas não só) pelas feministas negras norte-americanas nas últimas décadas (bel hooks, Patrícia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw). Ele vem acoplado a uma perspectiva eminentemente política, que diz respeito ao direito à palavra, acesso a lugares institucionais de fala, bem como à questão da representação - quem pode falar no lugar de quem.

A origem do conceito é um tanto imprecisa, e não parece ser tradução direta de nenhuma expressão em outra língua. Ligado, por um lado, à luta das mulheres negras<sup>4</sup>, é possível também perceber sua vinculação ao maio de 68 francês e à luta dos estudantes por uma “quebra das representações” e pela tomada da palavra, conforme interpretação do jesuítico e historiador Michel de Certeau (e resgatado no artigo de Di Mori e Buarque, 2020):

Em maio último, tomou-se a palavra como se tomou a Bastilha em 1789. A praça forte que foi ocupada consistiu em um saber detido pelos dispensadores da cultura e destinado a manter a inserção ou o enclausuramento dos trabalhadores, estudantes e operários em um sistema que lhes fixava um funcionamento. Da tomada da Bastilha à tomada da Sorbonne, entre esses dois símbolos, uma diferença essencial caracterizava o evento de 13 de maio de 1968: hoje, é a palavra, aprisionada, que foi libertada (CERTEAU, 1968, apud DI MORI e BUARQUE, p. 648).

<sup>4</sup> “Eu tenho a impressão que o conceito se difundiu a partir da militância feminista de internet. Nesse processo de difusão, ele terminou amplamente incorporado pelo movimento negro, pelo movimento LGBT e até mesmo pelo movimento de cultura periférica, o que parece ser uma especificidade brasileira: o lugar de fala é utilizado para garantir a autorrepresentação discursiva dos mais pobres, social e geograficamente segregados.” (Pablo Ortellado, citado em Moreira e Dias, 2017)

Ao lado do termo utilizado por Certeau, “tomada da palavra”, colegas franceses<sup>5</sup> registram uma outra expressão utilizada pelos ativistas de 68, que é “de onde estou falando”, como forma de registrar um outro lugar discursivo. Embora a vinculação a essa época e esse movimento não seja explicitada, percebe-se que o mesmo sentido e a mesma ênfase permanecem na maneira como a expressão (agora “lugar de fala”) é utilizada pelas feministas negras: a luta contra o enclausuramento da palavra e contra um saber dominante que configura e fixa os lugares sociais.

Se na França de 68 essa luta foi empreendida por estudantes e trabalhadores, hoje o debate se vincula a grupos e populações que sofrem de exclusão e exploração na sociedade capitalista ocidental, protagonizado sobretudo pelas mulheres negras, em torno das questões de gênero e raça.

A discussão sobre invisibilidade e negação da palavra no espaço público sofrida por esses grupos vem sendo largamente desenvolvida e tem alcançado relativo consenso na literatura que trata da temática. Ela se liga também – e se mistura – à questão da representação, no sentido de quem pode representar quem, e pode falar em nome de quem. Esta é uma questão mais complexa, ensejando posições distintas: conforme uma das perspectivas, apenas podem falar de opressão aqueles que a sofrem. Nesse sentido, homens não podem falar pelas mulheres; brancos não podem falar por negros e assim por diante. Uma outra posição tende a nuanciar essa divisão, na medida em que todas as vozes seriam bem-vindas nas denúncias contra as exclusões e a opressão, e na luta pelo acesso democrático à palavra<sup>6</sup>. Uma reflexão muito consistente sobre esse tema foi trazida por Linda Alcoof, que tanto chama a atenção para as relações de poder que permeiam os rituais do falar, e pode perpetuar a opressão, como a irresponsabilidade e omissão de não falar por aqueles que são menos privilegiados, denunciando a opressão (ALCOOF, 2020; SOUSA, 2024)

O livro de Djamila, lançado em 2019, tornou-se uma voz e um instrumento potente na defesa do direito de fala. Trata-se de um livro de fácil leitura, bastante didático, lançado na coleção Feminismos Plurais (Sueli Carneiro: Pólen), dividido em quatro capítulos. No primeiro

<sup>5</sup> É uma referência imprecisa, pois resulta de conversas tanto com o prof. Maurice Mouillaud (Institut Français de Presse - IFP), anos atrás, como com a profa. Marie France Chambat-Houillon (IFP – Université Paris-Panthéon Assas).

<sup>6</sup> “A confusão acerca do lugar de fala acontece porque o conceito tem sido correlacionado com representação. Eu, uma mulher negra que sou hétero, não posso representar uma mulher negra e trans, mas o meu lugar de fala, a forma como vejo o mundo, em um lugar ético, posso falar sobre a questão da lgbtfobia. São duas coisas diferentes”. (Rosana Borges, citada em MOREIRA e DIAS, 2017).

deles, “Um pouco de história”, Ribeiro traça um breve panorama do trabalho e do caminho aberto por intelectuais negras que já se tornaram referências clássicas sobre a temática, como Sojourner Truth (1843: “E eu não sou uma mulher?”), Lélia Gonzalez, Linda Alcoff, bell hooks. Foram vozes que questionaram a ausência das mulheres negras no feminismo hegemônico, denunciaram a colonização do e pelo pensamento, a falta de visibilidade da produção intelectual das mulheres negras, apontando a urgência de uma descolonização epistemológica. A brasileira Lélia Gonzalez iniciou, já nos anos 1960, uma militância e uma sólida produção acadêmica defendendo um feminismo afrolatinoamericano.

O segundo capítulo, “Mulher negra: o outro do outro”, discute o acréscimo (ou a contraposição) da filósofa Grada Kilomba ao Outro beauvoiriano (a mulher é o Outro do homem)<sup>7</sup>, com o conceito “Outro do Outro”, mostrando o vácuo e a inferioridade social da mulher negra: o Outro da mulher branca, o Outro do homem negro. É esse lugar de marginalidade e de exclusão que Patrícia Hill Collins nomeia com o conceito de *outsider within*: a forasteira de dentro. A ausência de lugar.

Esses dois capítulos trazem a base para os dois seguintes, “O que é lugar de fala?” e “Todo mundo tem lugar de fala”, que interessam mais especificamente para esta reflexão. Buscando situar o conceito, que ela associa à noção foucaultiana de discurso, Djamila faz duas remissões: uma ao campo da Comunicação (e a um trabalho de Márcia Amaral, 2005), a outra ao conceito de *feminist standpoint*, desenvolvida por Hill Collins e outras intelectuais negras. São duas matrizes teóricas distintas, e é importante explorar essa distinção.

O texto de Amaral, que analisa a imprensa popular, utiliza o conceito de lugar de fala como ferramenta metodológica, mostrando a necessidade de entender o discurso a partir das suas condições de produção e dos grupos aos quais se destina. Situa-se assim na tradição da análise do discurso e da vinculação texto/contexto, enfatizando a relação entre o jornal e seu público de referência<sup>8</sup>.

O *feminist standpoint* é um conceito sociológico e diz respeito à inserção social e de como esta condiciona a perspectiva na qual os indivíduos se inserem e a partir da qual percebem

<sup>7</sup> Simone de Beauvoir, na obra *O segundo sexo* (1949).

<sup>8</sup> Conforme Amaral, “O conceito de Lugares de Fala é um instrumento teórico-metodológico que cria um ambiente explicativo para evidenciar que os jornais populares ou de referência falam de lugares diferentes e concedem espaços diversos às falas das fontes e dos leitores, mesmo que sejam editados pela mesma empresa. Assim, cada publicação torna visíveis determinados atores e representa o popular de maneira diversa.” (AMARAL, 2005, p.).

sua realidade. A grande ênfase é no conceito de experiência, o que me fez pensar no pragmatismo, particularmente em J. Dewey (2010), mas também no conceito de enquadramento, ou quadros de sentido, conforme trabalhado por Goffman (2012). Os quadros de sentido são como molduras epistemológicas, que utilizamos para entender a realidade na qual vivemos e para orientar nossa conduta. Esses quadros são construídos socialmente e são passados para os indivíduos através dos processos de socialização. Eles são diversos e estão, em alguma medida, disponíveis para os indivíduos. Mas não se trata de uma escolha propriamente dita; na grande maioria das vezes, eles são impostos pelas forças hegemônicas que atuam na conformação de projetos de dominação (de raça, de classe, de gênero). A imposição “externa”, digamos assim, é uma das dinâmicas de força. No entanto, indivíduos e grupos também desenvolvem sua leitura de mundo através da própria vivência, e essa leitura pode ser mais ou menos explicitada conforme o potencial de resistência do grupo oprimido.

Assim, entendo que o *feminist standpoint*, ponto de vista feminista, numa tradução literal, diz respeito a essa perspectiva desenvolvida pelas mulheres a partir de seu lugar de grupo oprimido. Perspectiva que permanece sufocada numa sociedade machista (pela ideologia patriarcal e machista imperante), mas que tem se feito ouvir mais e mais no último século e meio, e que diz tanto do silenciamento a que foram / têm sido submetidas como do desafio de poder falar de seu próprio lugar. É nesse sentido que o conceito se mostrou de grande potencial político particularmente para as mulheres negras, bem como para a população negra de maneira geral. Trata-se da luta para fazer valer um outro ponto de vista e para quebrar o silenciamento a que foram submetidas ao longo de séculos.

Djamila propõe pensar o lugar de fala a partir desse ponto de vista feminista, agora aplicado não exatamente, ou não mais à luta das mulheres de maneira universal, mas aos grupos subalternizados:

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratados de modo igualmente subalternizados, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente (RIBEIRO, 2019, p. 63).

A população negra se vê excluída dos lugares que formatam e disseminam as ideias e representações através das quais a sociedade se vê: “É aí que entendemos que é possível falar de lugar de fala a partir do *feminist standpoint*: não poder acessar certos espaços acarreta a não existência de produções e epistemologias desses grupos nesses espaços”, ela acrescenta. Para concluir mais adiante: “pensamos lugar de fala como *refutar a historiografia tradicional e a*

*hierarquização de saberes* consequente da hierarquia social” (idem, p. 63-64, grifo meu). Aqui, Ribeiro acrescenta o papel instrumental do lugar de fala na luta pela representação: ele vai permitir deslocar os saberes dominantes, a história oficial, e possibilitar a eclosão de uma outra epistemologia.

O conceito é bem sistematizado em artigo publicado por Moreira e Dias, no Nexo Jornal<sup>9</sup>, citado por Ribeiro:

O “lugar de fala” é um termo que aparece com frequência em conversas entre militantes de movimentos feministas, negros ou LGBT e em debates na internet. O conceito representa a busca pelo fim da mediação: a pessoa que sofre preconceito fala por si, como protagonista da própria luta e movimento. É um mecanismo que surgiu como contraponto ao silenciamento da voz de minorias sociais por grupos privilegiados em espaços de debate público. Ele é utilizado por grupos que historicamente têm menos espaço para falar. Assim, negros têm o lugar de fala – ou seja, a legitimidade – para falar sobre o racismo, mulheres sobre o feminismo, transexuais sobre a transfobia e assim por diante. (MOREIRA e DIAS, 2017)

Esta síntese explicita e associa dois aspectos: o fim da mediação (o falar por si próprio), e a legitimidade conferida pela experiência. Pessoas negras têm legitimidade para falar sobre racismo; mulheres sobre o feminismo; legitimidade que os demais não dispõem (conforme registrei acima, tratando da mistura entre representação e lugar de fala).

O fim da mediação e a legitimidade de falar por si próprio têm como pano de fundo a denúncia e a luta contra o silenciamento dos oprimidos. No quarto capítulo (“Todo mundo tem lugar de fala”), Djamila traz a contribuição de Spivak, numa obra de grande repercussão, *Pode o subalterno falar?*, para enfatizar mais uma vez o silêncio imposto aos sujeitos colonizados e a importância de que eles possam falar por si mesmos.

Para Rosane Borges, “saber de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexism” (BORGES, 2017, apud RIBEIRO, p. 83). E Mombaça acrescenta: “se o conceito de lugar de fala se converte numa ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas, é porque ele tem sido operado em favor da possibilidade de emergências de vozes historicamente interrompidas” (MOMBAÇA, 2017, apud RIBEIRO, 2019, p. 84).

E Djamila resume, fechando o livro: “Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois *estamos falando de localização social*” (Idem, ibidem, p. 85; grifo meu).

<sup>9</sup> Nesse artigo os autores entrevistam quatro intelectuais brasileiros: Pablo Ortellado, Renan Quinalha, Joyce Berth e Rosane Borges.

Talvez eu tenha me estendido muito nas citações, porém, achei importante destacar o movimento do conceito ao longo desse livro, que vai das condições de produção do discurso ao pertencimento social, consolidando um sentido final em que a questão do discurso propriamente dito se dilui: lugar de fala se refere a lugar social, ao direito à fala por parte dos oprimidos, à refutação de uma historiografia e uma epistemologia dominantes, à luta pela substituição de um discurso por outro.

Este é o sentido que encontramos em vários textos e ouvimos em várias situações de embate, nas quais indivíduos racializados reivindicam seu “lugar de fala” e os críticos do que eles nomeiam “identitarismo” substituem por “cale-se”<sup>10</sup>.

Como registrei anteriormente, a discussão sobre representação e sobre quem pode falar por quem abre uma outra discussão, que não pretendi tratar aqui. Meu propósito é o conceito de lugar de fala e a migração que ele sofreu. Para tanto, passo à leitura de um outro texto – seminal –, produzido por José Luiz Braga (2000), um importante intelectual brasileiro do campo da Comunicação<sup>11</sup>.

## 2. A fala e o lugar de (da) fala

Como indicado no título do artigo, Braga trata do “‘Lugar de Fala’ como conceito metodológico no estudo dos produtos culturais”; não é esse aspecto metodológico que interessa resgatar aqui, mas a natureza do próprio conceito.

O ‘lugar de fala’ de seu texto (e aí já começo a explorar o sentido do conceito) é a análise do discurso e, mais propriamente, a teoria da enunciação (a partir de Bakhtin). Braga está pensando na análise de produtos reais, enunciados proferidos em situações concretas – um texto escrito por uma jornalista em tal plataforma, um discurso proferido pelo presidente da República no canal Y, o post de uma dada celebridade num momento eleitoral.

Inicialmente, é importante resgatar a própria noção de fala: é um evento, uma intervenção e uma concretização do ato expressivo de determinado ator social. Falas são proferidas por

<sup>10</sup> Veja-se artigo de Maria Rita Kehl na Carta Capital, em 2020: Lugar de “cale-se”.

<https://aterraeradonda.com.br/lugar-de-cale-se/> Mais recentemente, sua intervenção no programa Dando a real, de Leandro Demori (04/02/2025) tem sido objeto de grande controvérsia.

<sup>11</sup> O texto de Amaral (2005), citado por Ribeiro e comentado acima, cita e dialoga com o texto aqui referido de J. Luiz Braga.

indivíduos em situações sociais, privadas ou públicas. Não necessariamente diz respeito a uma expressão oral, mas se refere antes ao ato de dizer.<sup>12</sup>

Porém, a grande e decisiva distinção trazida por Braga é entre lugar de fala e lugar do falante. Nas suas palavras:

[o lugar de fala] não sendo um conceito estritamente linguístico, não é também exclusivamente sociológico. Deve ser distinguido, portanto, do “*lugar sociológico do falante*” – sua inserção de classe, sua posição no mundo da produção, seu estatuto social – embora este lugar social possa estar presente, ou certamente esteja, na construção discursiva do lugar de fala. (BRAGA, 2005, p. 166. Grifo meu)

Este é, sem dúvida (e no meu entendimento), o grande diferencial do conceito, aquilo que ele ajuda a iluminar. Parafraseando a citação acima, o lugar de fala é diferente, enquanto conceito, de lugar social, e diz respeito àquilo que um indivíduo ou grupo dizem num determinado momento e situação, às referências que eles buscam para nomear ou se referir a uma situação ou objeto. O lugar social é sua inserção na sociedade: as condições sociais nas quais um indivíduo foi criado, sua posição na hierarquia de classe, a formação a que teve acesso, os direitos e privilégios que lhe foram conferidos (ou negados). Como enfatiza Braga, o lugar social interfere e confere suas marcas naquilo que se pode ou não dizer, e em como dizer. Esse espelhamento, no entanto, não é automático; a relação entre lugar social e lugar de fala é complexa, e vários fatores interferem nessa conjunção, tais como a experiência e a formação dos sujeitos, o peso da ideologia dominante, as características específicas da situação vivenciada no momento da enunciação.

Dessa maneira, a identificação do lugar social do falante, embora importante para compreender a maneira como ele atua numa dada situação de enunciação, não se traduz mecanicamente naquilo que ele fala, e não necessariamente é expressão de sua vivência. Já o lugar de fala diz respeito à sua posição de falante, às escolhas discursivas que ele faz enquanto sujeito enunciador (sujeito da palavra).

O conceito de discurso, ou formação discursiva, na matriz foucaultiana (FOUCAULT, [1969] 1987), refere-se às grandes estruturas significativas que estão presentes em uma sociedade, ao agrupamento de concepções e ideias sobre determinados temas que, não sendo necessariamente iguais ou semelhantes, guardam certa articulação entre si, são ordenados por uma mesma episteme conceitual. Essas formações discursivas alimentam, pode-se dizer assim,

<sup>12</sup> “Fala” poderia ser substituída por enunciado, entendendo sempre que é o “produto” elaborado por um sujeito no bojo de uma enunciação. (veja-se Maingueneau, p. 56).

os discursos ou proferimentos que enunciamos nas situações concretas que vivemos. São exemplos de discursos, ou formações discursivas, o feminismo, o feminismo negro, o discurso ecológico, o discurso da extrema-direita, o economês, o discurso médico.

Braga não se remete diretamente a esse conceito de discurso (e também toma distância do conceito de ideologia). Citando Goldmann (1969), ele fala em “visões de mundo” para se referir às totalidades significativas mais amplas através das quais interpretamos o mundo à nossa volta. Falemos de formações discursivas ou visões de mundo, o que é importante reter é que são essas estruturas significativas que se manifestam nos discursos específicos que proferimos em nosso dia a dia. Mas Braga adverte: a análise do produto comunicativo não se restringe à identificação da visão de mundo (ou formação discursiva) que está por trás, mas antes àquilo que, nutrindo-se dela, é dito concretamente num momento e local específico.

A visão de mundo corresponde a uma situação geral da realidade social que pretende justificar que o mundo como um todo seja proposto desta perspectiva. [...] Já o lugar de fala refere-se a situações muito locais – envolvendo uma espécie de “esquecimento prático” do que ultrapassa o recorte específico do problema. (BRAGA, idem, p. 164).

De onde então podemos concluir: lugar de fala é uma chave analítica que articula discursos existentes, inserção social e situações específicas.

A estruturação interna da fala decorre da construção de uma determinada “lógica” no trato de uma situação concreta. Essa lógica, enquanto articulação entre fala, textos disponíveis e situação, pode ser chamada de “lugar de fala”. Vista *deste* lugar, a fala faz sentido e se articula aí com os dados materiais da situação e a intertextualidade disponível. (Idem, ibidem, p. 163. Grifo do autor)

De certa maneira, é a esse lugar de fala que Amaral (citada por Ribeiro) se refere ao analisar a imprensa popular: tais jornais, quando comparados com o jornalismo de referência, fazem uma escolha distinta tanto de seu conteúdo como da forma de dizer. Ocupam um outro lugar de fala, uma fala mais direcionada ao público popular ao qual se dirigem.

O lugar do falante pode ser mais bem explicitado a partir do conceito de sujeito do discurso, conforme apresentado por Pêcheux. É a discussão que faço a seguir, a partir e com a ajuda de um texto de Evandra Grigoletto, *Do Lugar Social ao Lugar Discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito* (2023).

### 3. Sujeito social, sujeito do discurso

No terreno da análise do discurso (AD), o sujeito não é o indivíduo, sujeito empírico, mas o sujeito do discurso. Há uma diferença e uma ligação muito significativa entre eles, e

Grigoletto procura destrinchar esses conceitos em um trabalho no qual analisa o jornalismo científico (o sujeito-jornalista e o sujeito do discurso de Divulgação Científica). Naturalmente, não é o caso de tratarmos de seu estudo específico, mas da discussão que faz de suas ferramentas analíticas.

A AD parte do pressuposto de que “não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia” (p. 3); “o lugar social que o sujeito ocupa numa determinada formação social e ideológica, que está afetada pelas relações de poder, vai determinar o seu lugar discursivo. [...] O sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo de seu discurso”. (p. 5)<sup>13</sup>

Temos então, como ponto de partida, essa intrínseca relação – que, no entanto, não é uma simbiose – entre lugar social e lugar discursivo, uma relação que passa, segundo Pêcheux (1975, citado por Grigoletto), por algo que ele designa como “forma-sujeito”, ou sujeito do saber. Essa forma-sujeito, ou sujeito do saber, diz de nossa posição frente ao mundo, e do sistema de compreensão que desenvolvemos. Nenhum sujeito é fonte de sentido, e ele (o sujeito do discurso) se constitui a partir das redes de sentidos disponíveis ou, melhor dizendo, das diferentes formações discursivas<sup>14</sup> - FD.

É então pela forma-sujeito que o sujeito do discurso se inscreve em uma determinada FD com a qual ele se identifica e que o constitui enquanto sujeito. E, conforme o que nos aponta Pêcheux, “a forma-sujeito tende a absorver/esquecer o interdiscurso no intradiscursivo, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscursivo, de modo que o interdiscurso aparece como o puro “já-dito” do intradiscursivo, no qual ele se articula por co-referência (PÊCHEUX, 1995, p. 167). Assim, a forma-sujeito realiza a incorporação/dissimulação dos elementos do interdiscursivo, o que aponta para a unidade/evidência do sujeito” (GRIGOLETTO, 2023, p. 2)

Traduzindo (ou interpretando) a citação acima, temos que o sujeito do discurso (o sujeito enunciador) absorve/incorpora os discursos disponíveis em seu meio (exterioridade), e esses (as FD) se manifestam enquanto co-referência do discurso (da fala) do sujeito enunciador. A esse movimento Pêcheux dá o nome de posição-sujeito: um sujeito enunciador que escolhe e constrói seu próprio discurso a partir dos discursos (formações discursivas) disponíveis.

A discussão é complexa, e nem vou mais adiante na distinção que a autora busca fazer entre a posição-sujeito de Pêcheux e o que ela própria distingue como lugar discursivo. Remeto

<sup>13</sup> Renato Ortiz (2025) publicou um texto recente sobre lugar de fala, experiência, lugar social. Ele segue uma outra abordagem (tratando da inserção do pesquisador na realidade que está estudando).

<sup>14</sup> Falei de formação discursiva no item anterior.

apenas ao quadro-síntese que ela apresenta como chave analítica, distinguindo o espaço empírico e o espaço discursivo:

Conforme sintetizei neste quadro [não reproduzido aqui], a formação social compreende o espaço empírico que, por sua vez, abriga as diferentes formações ideológicas, as quais interagem com as relações de poder institucionais (neste caso [por ela tratado no estudo] a mídia e a ciência), determinando o lugar social que o sujeito ocupa na sociedade. É a *práxis social*. Já a formação discursiva compreende o espaço discursivo, que, por sua vez, abriga o lugar discursivo que se relaciona tanto com a forma-sujeito como com as diferentes posições-sujeito que operam no discurso a partir dele. É a *prática discursiva*. (IDEM, IBIDEM, p. 8, grifos meus).

Esse breve percurso na Linguística de Pêcheux me permite resgatar proposições significativas. O que esses autores nomeiam como sujeito do discurso, posição (ou lugar) discursiva constitui exatamente um “lugar de fala”: um lugar discursivo que o sujeito enunciador ocupa ao proferir este ou aquele discurso (proferimento), e que indica suas escolhas e seu posicionamento no contexto das diferentes formações discursivas disponíveis numa sociedade, num determinado momento.

Assim como enfatizado por José L. Braga, é importante distinguir o lugar sociológico do falante, seu lugar social, do seu lugar de fala, seu lugar discursivo. E a justificativa é simples: ao subsumir um conceito no outro, e ao esvaziar o lugar de fala de seu significado discursivo, amputamos um importante elemento de análise: através de qual discurso tal sujeito, com uma dada inserção social, escolhe se posicionar enquanto sujeito político em sua sociedade? Esta análise não é uma questão menor.

### 3. Considerações finais

Como já enfatizado acima, lugar social e lugar de fala (então entendido como lugar discursivo assumido pelo falante) mantêm uma íntima relação, mas não necessariamente a escolha discursiva reflete os interesses do próprio falante. As formações discursivas disponíveis são múltiplas e diferenciadas, e não é infrequente o posicionamento discursivo de um indivíduo ou grupo se encontrar em contradição com sua situação de classe. A identificação do oprimido com as representações de mundo construídas pelos opressores é um dos mecanismos básicos de manutenção dos sistemas opressivos.

Vários exemplos recentes de dissonância entre lugar social e lugar de fala podem ser citados. Durante o governo Bolsonaro um homem negro, Sérgio Camargo, exerceu a presidência da Fundação Palmares no período de 2020 a 2022. Camargo defendia posições

reacionárias: minimizava o racismo no Brasil, relativizou a questão da escravidão, atacou a figura de Zumbi dos Palmares. Em 2022 ele candidatou-se a deputado estadual por São Paulo pelo PF, tendo obtido um número irrisório de votos.

No terreno dos povos originários, temos o caso de uma deputada federal indígena, Silvia Waiãpi, eleita pelo PL do Amapá, que se colocou ao lado de Bolsonaro, defendendo as políticas desse governo para os povos indígenas. Em seu perfil do Instagram, Silvia Waiãpi se descreve como "Mãe, Avó, Indígena, Militar, Republicana Conservadora". Essa deputada foi processada e teve seu mandato cassado por uso dos recursos do fundo eleitoral para harmonização facial.

No campo discursivo relativo ao feminismo, podemos citar o caso de Cíntia Chagas, uma influenciadora com milhões de seguidores; formada em Letras pela UFMG, Cíntia se notabilizou dando aulas de língua portuguesa, mas também orientando a postura e a elegância femininas. Em suas dicas e orientações, a influenciadora defendia posições claramente antifeministas, como a submissão ao marido, a quem a esposa deveria sempre servir. Casou-se com o deputado estadual bolsonarista Leo Bove (PL/SP) e separou-se três meses depois, denunciando o marido por violência doméstica. Será interessante acompanhar seu discurso depois da ocorrência: continuará defendendo as mesmas posições?

Muitos outros exemplos poderiam ser trazidos, inclusive de inversões em outro sentido: homens que assumem um discurso feminista, empresário/as que defendem o socialismo.

Estes são exemplos mais evidentes, e não é necessário grande recurso analítico para evidenciar a discrepância entre discurso e lugar social. Mas nem sempre o lugar de fala se revela de forma transparente, e uma análise cuidadosa dos proferimentos de um dado ator social (indivíduo ou coletivo) é interessante para revelar nuances, congruências e incongruências. As formações discursivas agregam elementos diferentes, estabelecem pontes e costuras inusitadas, que apenas se deixam ver através de leituras cuidadosas. Atores sociais nem sempre ecoam discursos coesos; perceber

misturas, contradições, filiações difusas nos ajuda a situar seus posicionamentos e atuações.

Encerrando este texto, quero reiterar o papel dos conceitos; eles não consistem em mero capricho acadêmico, nem são rótulos a serem etiquetados às coisas do mundo. Seriam antes lentes que nos ajudam a perceber e distinguir melhor os elementos do todo compósito que é a realidade social.

Como disse no início, o conceito de lugar de fala se impôs entre nós, nos últimos anos, muito associado às lutas contra a opressão, contra o silenciamento imposto aos oprimidos, e pela construção de uma outra epistemologia. Nesse uso, vários sentidos e questões se entrelaçam: lugar social, direito de fala, representação, legitimidade. O resgate da dimensão propriamente discursiva, a identificação dos fragmentos discursivos que atravessam as relações opressivas e a resistência à opressão, certamente pode ser pensado como um instrumento a mais a serviço de uma maior compreensão das contradições que atravessam nossa realidade e da luta pela sua transformação.

## Referências

- ALCOFF, Linda. **O problema de falar por outras pessoas**. *Abatirá*, Salvador, v. 1, n. 1, jan./jun. 2020.
- AMARAL, Márcia F. Lugares de Fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa. *Contracampo*, 33, ps. 103-114, 2005.  
[https://www.academia.edu/81118654/Lugares\\_de\\_Fala\\_um\\_conceito\\_para\\_abordar\\_o\\_segmento\\_popular\\_da\\_grande\\_imprensa](https://www.academia.edu/81118654/Lugares_de_Fala_um_conceito_para_abordar_o_segmento_popular_da_grande_imprensa).
- BRAGA, J. Luiz. “Lugar de Fala” como conceito metodológico no estudo dos produtos culturais. In: FAUSTO NETO, A. et al. **Mídias e processos socioculturais**. Unisinos, 2000.
- CERTEAU, Michel. **La prise de parole et l'autres écrits politiques**. Paris: Seuil, [1968] 1994.
- DE MORI, Geraldo Luiz; BUARQUE, Virgínia Albuquerque. A “tomada da palavra” segundo Michel de Certeau: ecos, pertinência e atualidade na sociedade e na Igreja latino-americana. *ATeo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 66, p. 641-666 set./dez.2020.
- DEWEY, John. Ter uma experiência. In: \_\_\_. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p. 109-141.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. São Paulo: Forense Univ.ersitária, 1987 [1969].
- GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GRIGOETTO, Evandra. **Do Lugar Social ao Lugar Discursivo**: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. Texto publicado em 2023; captado na internet em 18/02/25. <https://doceru.com/doc/n8551xvs>

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortes Ed., 2002. 2ª. Ed.

MOMBAÇA, Jota. **Notas estratégicas quanto ao uso político do conceito de “lugar de fala”**. Buala, 2017. <https://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>.

MOREIRA, Matheus; DIAS, Tatiana. **O que é “lugar de fala” e como ele é aplicado no debate público**. Nexo Jornal, 2017. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/15/o-que-e-lugar-de-fala-e-como-ele-e-aplicado-no-debate-publico>

ORTIZ, Renato. **Nota sobre lugar de fala**. <https://aterraererdonda.com.br/nota-sobre-lugar-de-fala/>

PÊCHEUX, Michel **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995 [1975]

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

SOUSA, CECÍLA B. **Nas ruas e para além delas: um olhar comunicacional sobre a 1ª Marcha das Mulheres Negras e 1ª Marcha das Mulheres Indígenas**. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, orientada pela profa. Vera França, em 2024

<https://www.brasildefato.com.br/podcast/tres-por-quatro/2022/10/14/celia-xakriaba-sobre-indigena-bolsonarista-eleita-vamos-ser-reativas-e-combativas>

<https://revistaforum.com.br/brasil/sudeste/2024/10/10/influenciadora-que-defendia-submissao-denuncia-deputado-bolsonarista-por-violencia-domestica-167231.html>

<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/o-fiasco-eleitoral-de-sergio-camargo-em-sao-paulo>